



Ata número cinco

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco pelas 9:30, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniram na Câmara Municipal de Belmonte, sob a Presidência do Senhor Presidente António Luís Beites Soares, estando presentes, os Senhores Vereadores Joaquim Nabais Antunes, Susana Patrícia Gomes Miranda, Humberto José Geraldes Barroso e José Pereira Carrola Mariano, comigo António José Pimenta de Melo, Chefe da Unidade Técnica Municipal Administrativa.

Ordem do Dia

- Período Antes da Ordem do Dia
- Período da Ordem do Dia
 1. Ratificação de Processos no âmbito de Regulamentos de Apoios Municipais
 2. Despacho de manutenção de tarifário de Águas, Águas Residuais e RSU
 3. Finanças Municipais
- Período de Intervenção e Esclarecimento ao Público

Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Luís Beites Soares, tomou a palavra, saudou os presentes, deu a continuação de Boas Festas e iniciou à reunião.

O Sr. Vereador Humberto Barroso tomou a palavra, agradeceu e cumprimentou os presentes com votos de Boas Festas, a todos os presentes, a todos os Munícipes do nosso Concelho.

Começou por salientar que no período antes da ordem do dia, tinha umas questões para levantar, a primeira teria a ver com um processo que está em curso de uma acusação do nosso Presidente da Câmara, na altura Presidente da Câmara de Penamacor, que esclarece de esclarecimento e de uma palavra à população que nas últimas semanas tem vivido num clima de instabilidade e dúvida sobre esse processo ao qual o Sr. Vereador pensou ser oportuno dar informações pormenorizadas para que a população ficasse mais esclarecida. A questão número dois salientou ter a ver com o asfaltamento da estrada entre o nó do Ginjal e a Grasil, que esse percurso tinha sido asfaltado uns dias antes das eleições e frisou haver ali uma zona logo a seguir à Grasil em mau estado, gostava de

saber se era para arranjar, alegou não fazer sentido os Municípios estarem a pagar um asfaltamento de uma estrada já por si só a maneira como foi feita não foi feita bem. Outra questão, deve-se ao fato de na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente ter informado e bem que os restantes trajetos que estavam previstos serem asfaltados, estarem suspensos devido alguns problemas que existem nas vias e do atravessamento de veículos com peso elevado, que irão passar nos próximos meses no Concelho de Belmonte, a pergunta do Sr. Vereador foi se esses trajetos do Colmeal da Torre e do Ginjal até à Grasil se vão ser pintados, salientou o mesmo que durante a noite ocorreria ali algum perigo. Um outro assunto tem sido notório nos últimos anos que o anterior executivo tratava mal o turismo, argumentou haver turistas que quando chegam ao Concelho de Belmonte são literalmente mandados embora, falou em concreto no parque de S. Tiago, este deveria ter sido ou foi alvo, de umas obras de remodelação e melhoramentos porque as casas de banho estavam destruídas e revelou que numa Assembleia Municipal, questionou o anterior executivo se as obras estavam executadas e foi lhe dito pelo anterior Vice-Presidente que já tinham sido executadas, mas alegou que o que tem visto no parque de S. Tiago é um gradeamento de um lado e outro a tapar as casas de banho e um sistema de videovigilância que salientou não saber se está a funcionar ou não, que revelou ser uma sugestão dos vereadores do PSD, para impedir a vandalização. Salientou que quem chega encontra um lugar, bonito apazível, mas não podem utilizar, porque as casas de banho não podem ser utilizadas.

O Senhor Presidente, tomou a palavra e respondendo de forma precisa ao que o Sr. Vereador frisou, que tudo é do conhecimento público do corrente ainda da minhas funções enquanto Presidente da Câmara Municipal de Penamacor, salientou que quem anda na vida política está sujeito a estas coisas, alegou estar de consciência tranquila porque o que está em causa é um processo sobre questões mais técnicas, sobre o processo e que para quem já o conhece não é a primeira vez, não faz comentários que ocorrem na justiça e no seu ponto de vista são aspetos do ponto de vista jurídico que não os vai abordar sem ser em locais apropriados.

Relativamente à questão colocada sobre o asfalto das vias que estava em curso, que foi alvo de uma empreitada do executivo anterior, que teve subjacente um financiamento considerável para efeito das pavimentações, as obras que se iniciaram no Verão passado, antes das Eleições Autárquicas é do conhecimento de todos que as obras correram mal, na Colmeal da Torre foi notório o rebentamento de condutas, já com o novo tapete que deu logo um processo de trabalhos complementares para que aquela parte fosse refeita e fosse instalada as novas condutas de água que têm andando a ser instaladas que era o que fazia sentido em cada empreitada, quando tínhamos condutas de amianto com mais de 50 anos. Salientou que ao fim de tudo pronto, as estradas serão pintadas para segurança da população. Referiu que apenas foi concluído o troço que chega à rotunda da Vaca e como é perspetiva sem berma, etc. O que deixa muito a desejar o trabalho feito, o que terá de ser também corrigido. Salientou ainda como referiu na Assembleia Municipal que as obras não estão em curso, tudo o que está a ser feito, está a ser feito por total responsabilidade da Empresa Gestora dos Parques Eólicos de Penamacor e Sabugal, durante o 1º semestre como já tinha referido na reunião

anterior, que não fazia sentido colocar um novo tapete na estrada, quando a perspetiva é grande de danificar o tapete, com o transporte desses camiões com toneladas tão grandes. Alegou, ser ainda um protocolo assinado com o anterior executivo, na última reunião antes das eleições Autárquicas, ainda existem lá umas questões protocoladas em que ainda estão em negociação com a empresa responsável a tentar avaliar alguma possibilidade de alteração de tudo o que está, pois há a perfeita noção que a negociação ficou muito aquém do desejado, porque ao passarem nas estradas de Belmonte tinham de arranjar todos os troços por onde iam passar e isso não aconteceu.

Quanto à condição turística o Sr. Presidente, alegou, sobre Belmonte ter uma capacidade enorme e potencial a nível turístico e não ter sido aproveitada nos últimos anos. E como é do conhecimento de todos, que a maior parte dos Museus carecem de uma grande intervenção. Em relação ao parque de S. Tiago e às questões colocadas pelo Sr. Vereador Humberto Barroso, o Sr. Presidente referiu, que em relação aos W.C Públicos foram intervencionados e fazem parte do novo acordo de delegação de Competências que o Município irá assinar com a Junta de Freguesia de Belmonte, para que os W.C possam estar abertos. Como todos sabemos é um local de paragem, as reclamações eram muitas e persistentes e ainda bem que intervenção foi feita, para que tenhamos capacitação de receber bem os turistas e promover o Património do Concelho. Deixou uma nota, em relação à fase final da circularização das dívidas com fornecedores, espera até ao início de janeiro poder dar essa nota, através do revisor oficial de contas para precisar essa condição. Também quis deixar uma nota sobre as prioridades do Concelho e salientou que nos dias de hoje é muito preocupante, que ainda tenhamos muitos locais do Concelho que por vezes estão o dia inteiro sem água é um grande transtorno para a população, para o comercio, há aqui uma condição prioritária, algumas matérias estão a ser definidas e claramente se nota uma contenção de despesas e um reforço potencial de acréscimo de receita porque é a única forma de ter um modelo de gestão equilibrada, contenção drástica na despesa e aproveitar o potencial de crescimento de receita de alguma áreas que tinham essa possibilidade e que também não eram aproveitadas, nestes últimos anos no Município, com esta perspetiva melhoramos a tesouraria para que possamos fazer face a estes investimentos.

O Senhor Vereador Humberto Barroso, retomou a palavra e recordou que em maio, tinha sido assinado um contrato no valor de 29.815€ (vinte e nove mil oitocentos e quinze euros) para reabilitação do parque de S. Tiago, prazo de execução era de 30 dias, se há certezas de o contrato foi cumprido nesses 30 dias, se as obras foram feitas.

O Senhor Presidente, retomou a palavra e alegou que não poderia garantir que a obra tenha sido feita no prazo dos 30 dias, a preocupação era que os W.C estivessem em condições para serem reabertos e as obras tenham sido executadas, as mesmas foram executadas.



Período da Ordem do Dia

1. Ratificação de Processos no âmbito de Regulamentos de Apoios Municipais

Foi presente à reunião de Câmara, a Ratificação de Processos no âmbito de Regulamentos de Apoios Municipais

O Senhor Presidente, tomou a palavra e aludiu que o modelo instituído no Município, está a ser avaliado juridicamente e que apenas só final do ano iriam trazer todas as ratificações dos despachos, feitos pelo Presidente da Câmara ou por quem tinha o Pelouro associado a esta componente Social, não lhe parece ser a melhor forma, referiu o Sr. Presidente, porque o que trazemos aqui para ratificação dos despacho nem sequer neste momento, contemplam todos os despachos que foram feitos, houve uma serie deles que foram feitos, que depois não foram cabimentados e como é natural nada destes pequenos apoios foram transferidos para o requente que os fizeram. E o que trazemos aqui é uma ratificação parcial e iremos trazer numa próxima reunião outros restantes, devidamente cabimentados, pois enquanto isto não tiver feito não podem ter eficácia prática e a Câmara não pode honrar os compromissos para com o requerente

A Câmara Municipal deliberou aprovar por unanimidade e minuta para efeitos imediatos, a Ratificação de Processos no âmbito de Regulamentos de Apoios Municipais

2. Despacho de manutenção de tarifário de Águas, Águas Residuais e RSU

Foi presente à reunião de Câmara, a proposta de Fixação de Tarifário de Água, Águas Residuais e RSU Para o Ano de 2026

“Atentos à obrigatoriedade anual de atualização de tarifário de água, águas residuais e resíduos sólidos urbanos, tendo em conta que se aguarda o parecer formal da entidade reguladora (ERSAR) no que respeito ao tarifário apresentado para o ano de 2026, **ao abrigo do artigo 11º do Decreto-Lei 194/2009, de 20/08, na sua redação atual**, urge a necessidade de deliberar quanto à manutenção dos valores vigentes para o ano de 2026, até que a proposta de novo tarifário seja aprovada pelo executivo.”

O Senhor Vereador Humberto Barroso, tomou a palavra e salientou que relativamente ao tarifário de Águas Residuais e RSU, aquilo que espera é que não aja acréscimo de valor, os Municípes do nosso Concelho já estão mais que penalizados e foram ainda mais penalizados nos últimos anos, o problema das águas é um problema que já se arrasta há vários anos, mas por inação do Município e os Municípes não podem continuar a ser penalizados por responsabilidade da Câmara. Alegou haver muito trabalho a fazer, na recuperação de casas que não pagam, ligações diretas,

29-12-2025 72



contadores que não funcionam, que não marcam, que estão partidos, vandalizados por isso quem paga não pode continuar a ser penalizado. O Sr. Vereador referiu que quando a proposta chegar que seja com os preços reduzidos ou a manterem-se.

O Senhor Presidente, tomou a palavra e salientou que quanto a esta matéria, a proposta que foi para entidade reguladora tem um ligeiro ajustamento e todos temos de entender que deveria haver um ajustamento todos os anos, caso contrário o défice do sistema tarifário todos os anos deturpa, porque todos os anos a entidade gestora em alta, quer na água, saneamentos e resíduos, fazem um ajustamento à Câmara Municipal, quer metro cubico, água, saneamento e tonelada de resíduos. Deu nota que nos últimos anos a tonelada que a Resistrela cobra aos Municípios mais que duplicou, se esses ajustamentos não forem ligeiramente feitos nos tarifários Municipais salientou de se correr o risco de incumprimento completo e total de regra perante a entidade reguladora é uma luta grande de todos os Municípios neste momento para descerem, e neste momento dispararam o que altera os indicadores em face de regras do cumprimento da cobertura de custos superior aos 90% e se os ajustamentos não forem feitos não há volta a dar referiu o Sr. Presidente. Estes últimos anos não foram feitos esses ajustamentos, foi feito a algum tempo atrás, uma atualização significativa. Referiu ainda uma outra questão, que o Sr. Vereador Humberto Barroso também já aqui referiu e que tem de ter aqui uma ação direta, incisiva, sobre todas as componentes da gestão da água e dos resíduos. O Município não tem por exemplo, contadores de espaços públicos em lado nenhum, ou seja, a água desse espaço não é contada, é contabilizada para efeitos de tarifários como perdas, quando deveria ser contabilizada como consumo público, isto reflete diretamente no cálculo dos tarifários, e salientou haver aqui questões que podem ser tidas em considerações e muito trabalho para ser feito, nas condutas, nas perdas de água de rotura, nos roubos de água, nestas componentes públicas, um trabalho enorme que não foi feito nos últimos anos no Concelho de Belmonte, sobre toda a gestão da água. E depois uma outra condição sobre a gestão das águas residuais, não há coletores pluviais no Concelho, as águas da chuva para todas aquelas ETARS, que passaram para o subsistema na altura das Águas do Zêzere e Coa para o Vale do Tejo, a Câmara paga o metro cubico da água toda da chuva e notou-se neste mês as faturas muito diferentes do mês de outubro pela pluviosidade toda do mês de novembro, com muita precipitação. Este trabalho tem de ser analisado e ponderado e só é possível olhar para a estrutura tarifaria e permitir que ela possa inclusive propostas para redução se este trabalho todo for feito, mais salientou que este não se faz de um dia para o outro, mas tem de ser feito.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e minuta, atendendo à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro artigo 33 n.º 1 alínea e), aprovar a manutenção do tarifário vigente em 2025 para vigorar em 2026, até que a proposta de novo tarifário que aguarda respetivo parecer da entidade seja aprovada pelo executivo, bem como proceder à comunicação no portal da ERSAR do mesmo.



3. Finanças Municipais

Foi presente à reunião de Câmara, o resumo Diário da Tesouraria

O Senhor Presidente, tomou a palavra e deu nota que até ao dia 31 de dezembro o executivo estava a tentar honrar, o maior número de compromissos possíveis, evitando que o Município entre na lei dos incumprimentos de faturas em atraso, algo que não pretendemos e durante o ano 2026 fazemos aqui alguns acordos com algumas entidades.

A Câmara Municipal, tomou conhecimento do resumo Diário da Tesouraria.

- Período de Intervenção e Esclarecimento ao Público

No Período de Intervenção e Esclarecimento ao Público, o Sr. Presidente deu a palavra aos Munícipes, dela tendo usado o Sr. Daniel Mendes, o Sr. Carlos Afonso e o Sr. Pedro Marçalo.

O Sr. Daniel Mendes, tomou a palavra e na sua intervenção como membro dos Órgãos da direção do Centro de Cultura e Recreativo de Malpique começou por pedir, informação sobre o pagamento de uma fatura da água do mês de novembro que foi paga em dobro.

Referiu um outro assunto em relação à atribuição de subsídios às Coletividades, que o anterior executivo tinha atribuído este ano um subsídio em maio, que não foi pago na totalidade o Sr. Daniel perguntou se o Município vai honrar o compromisso de pagar o restante desse subsídio até o final de ano. Salientou que também tinha sido feito um pedido ao anterior executivo, e também a este executivo o pedido de um subsídio para equipamentos e nunca obtivemos qualquer resposta nem do anterior executivo nem do atual e disse que gostava de saber qual o valor atribuído às Associações. Alegou que o Centro Cultural e Recreativo de Malpique ser das poucas Associações com benefício próprio, que pagam água, luz, enquanto a maior parte dessas Associações usufruem de instalações da Câmara ou das Juntas de Freguesias ou sejam nem pagam água nem luz, frisou haver um contrassenso, porque o subsídio é igual ou equivalente para todos.

O Sr. Carlos Afonso, tomou a palavra e na sua intervenção, abordou ser preciso ter atenção com o problema da água, alegou que sempre concordou no mínimo de acordo com a inflação a subida anual, mais salientou que agarrados à ERSAR não se vai prestar um bom serviço à comunidade, porque a ERSAR quer que os cidadãos paguem na íntegra a despesa, por um lado tem alguma lógica que assim seja, porque enquanto houver pessoas que não pagam no Concelho, os pagantes não podem estar sujeitos a isso. Foi criado um gabinete para tratar desses assuntos, mas passados alguns anos, o resultado é o mesmo. Pediu mesmo sabendo ser difícil, que de uma vez por todas tentar tirar a água da chuva dos saneamentos.

O Sr. Presidente, tomou a palavra e de forma direta e precisa respondeu às duas questões que foram colocadas, começou por explicar sobre faturação da água, é um processo em que as reclamações são constantes sobre a ausência das leituras da água. Alegou haver uma questão que vai ser alterada até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, já houve entendimento com a empresa que faz o processamento da água o contrato vai ser rescindido, e vai passar a ser a autarquia a tratar do processo, tudo isto já está a ser tratado, o que nos vai manter dentro do processo o que até aqui não tem acontecido, por isso não conseguimos dar resposta quando o funcionário se encontra de férias por ser o único a ter acesso ao programa por ser empresa privada. Salientou que sobre a situação da fatura do Centro cultural e Recreativo de Malpique que irão tratar do assunto e analisar o que se passou.

Quanto ao subsídio que o Sr. Daniel Mendes falou, o Sr. Presidente alegou que o tratamento deve ser igual para todos no Movimento Associativo e já se está a fazer esse levantamento para serem tratados de igual forma. A única questão que não conseguiu responder é sobre o apoio, colocado e aprovado no mês de maio que não foi honrado, não só para o centro Cultural de Malpique, mas para muitas outras Associações do Concelho a perspetiva é que até ao final do dia de amanhã iremos honrar o máximo possível sem a garantia que sejam honrados todos, devido às dificuldades de tesouraria. Por fim o Sr. Presidente deixou uma nota, que daqui para frente o executivo vai passar a honrar os compromissos que são deliberados.

O Sr. Pedro Marçalo, tomou a palavra deu os Parabéns ao Sr. Presidente pela sua eleição e a sua intervenção foi mais de natureza política e em relação ao Sr. Presidente, já se terem passados quase três meses e considerando a vitória expressiva que obteve nas eleições, qual o motivo que existe para o Sr. Vereador Joaquim Antunes e Vereadora Lara Curto, ainda não terem competências em matéria de pelouros. Considerando como diz e como pretende, dar seguimento a todo um conjunto de compromissos de diversas naturezas, quer económica, política, cultural ou social essa transferência permitir-lhe-ia uma maior eficiência no trabalho, qual o motivo por ainda não ter sido feita, se pretende fazer, quando o pretende fazer e que tipo de pelouros pretende atribuir.

O Sr. Presidente tomou a palavra e foi muito direto na resposta e disse que essas questões internas já estão definidas, irão ser publicadas com o despacho de delegação de competências e pelouros serão efetivadas no início do ano. A única condição de ainda não ter sido feita é só uma, salientou, para que durante estes dois meses tivesse uma perceção global da autarquia, nas várias áreas, nos vários pelouros que existem dentro da câmara Municipal e frisou que hoje consegue ter essa perceção e se fizesse logo essa distribuição não teria conhecimento de alguns problemas que existem no ponto de vista funcional e operacional.



APROVAÇÃO DA ATA

A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar, desde já, toda esta ata, nos termos do n.º 3 do Artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião eram 10:30 horas, da qual eu, António José Pimenta de Melo, Chefe da Unidade Técnica Municipal Administrativa, subscrevi e assino a presente ata.

O Presidente

O Chefe da UTMA



ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS NA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2025

	Folhas
1. Ratificação de Processos no âmbito de Regulamentos de Apoios Municipais	72
2. Despacho de manutenção de tarifário de Águas, Águas Residuais e RSU	72
.....	73
3. Finanças Municipais	74
- Período de Intervenção e Esclarecimento ao Público	74
.....	75
Aprovação da Ata	76

